

## **Sistema territorial do perímetro irrigado do Rio Moxotó- Ibimirim/PE: da análise dos limites do processo cooperativo à formulação de um projeto de atuação**

Estudar o sistema territorial da agricultura irrigada no Moxotó nos trouxe a possibilidade de entender melhor uma região sertaneja considerada por muitos como uma realidade atrasada e com difícil chance de se desenvolver. Como também nos trouxe algumas indicações para formular um projeto de atuação na área.

A pesquisa desenvolvida por dois anos no Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, teve como enfoque o estudo dos componentes do sistema territorial do Perímetro Irrigado do Moxotó, que dificultaram a formação do processo cooperativo. O objetivo principal foi o de identificar quais os elementos do sistema territorial do perímetro irrigado do Moxotó que dificultaram o desenvolvimento da cooperação. Este Perímetro está localizado no município de Ibimirim do estado de Pernambuco, região nordeste Brasil.

O interesse pelo tema cooperação advém do fato de ser este um importante componente na construção de um projeto de desenvolvimento, particularmente em áreas de agricultura familiar em regiões menos desenvolvidas. O ambiente propício para a cooperação e participação estimula os indivíduos a desenvolverem soluções ao invés de apenas serem objeto da intervenção externa. Dessa forma, alcança-se elevação de capacidade produtiva em paralelo ao empoderamento dos indivíduos e da coletividade envolvida, no sentido de aliar, trocar, amadurecer e gerar novas idéias, somar as energias e informações que cada indivíduo carrega em si.

Um aspecto sobre a cooperação está relacionado a sua tendência dualista de ser pensada e de acontecer no espaço, como exemplo tem-se: o cooperar que visa à otimização da capacidade de competir no mercado capitalista (forma econômica), e a que visa estimular a sociabilização dos indivíduos (forma social). Mas, existe aqui, o esforço de pensar a cooperação que tente se realizar minimizando o dualismo entre as formas que favorecem apenas fatores econômicos ou fatores sociais. Assim, inspirada por Cunha (1982), Novy (2006), Oliveira e Duque (2005), Putnam (2007), Saraiva (2000), a cooperação é entendida nesta pesquisa como ação interessada de trabalho em conjunto que resulta de experiências cumulativas no espaço e no tempo entre dois ou mais agentes, e, que tenha como resultado principal a inserção da cultura cooperativa nas ações de determinado grupo.

A cooperação está inserida em contextos territoriais, o qual lhe atribuem características diversas, isto depende do território em que esteja se processando. A reconstituição da história do

território bem como a sua configuração atual foi procedimento metodológico de grande relevo. Raffestin (1993, p 158) menciona que “toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos”... [e que] “os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, ou seja, o território é histórico e temporal.

Assim, o território é entendido como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p 144). Inspiradas em Raffestin, Albagli e Maciel (2004, p 12) afirmam que a territorialidade “é uma relação triangular entre atores sociais e o espaço”. Assim, ao entender o sistema territorial do Perímetro se compreendeu quais foram as relações existentes na perspectiva de analisar o processo de cooperação.

A base produtiva do Perímetro se caracteriza pela pequena produção rural do tipo agricultura familiar, sobretudo aquela contemplada com a introdução de elementos transformadores dos sistemas agrícolas tradicionais, tais como a irrigação, sementes melhoradas e implementos, sob impulso original de ações do poder público em infra-estrutura (barragem e perímetro irrigado). Para Wanderley (1996, p 3), “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Ainda em Wanderley, temos a agricultura familiar como uma estrutura produtiva na qual se associa família-produção-trabalho tendo consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Para a realização desta pesquisa foram feitas entrevistas e visitas de campo no ano de 2007 e 2008, além da abordagem teórica. Um dos resultados que obtivemos com as entrevistas aos agricultores e instituições foi a identificação de três fases no decorrer da evolução do sistema territorial, no período entre 1977 a 2007. Esta periodização foi pensada em relação às diferentes dinâmicas que permearam o sistema territorial do Perímetro Irrigado ao longo de sua história. Segundo Milton Santos a noção de periodização é indispensável à análise do espaço, visto que nos leva à noção de regime e ruptura. Para ele,

o **regime** é dado pelo conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, ao longo de um pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea. Há, sempre, desníveis entre as diversas variáveis. O que lhes permite trabalhar, isto é, funcionar em conjunto, é a existência de uma organização, encarregada de impor regras de ação. É a organização que mantém as coisas em um certo período de tempo, funcionando de uma dada maneira, apesar do movimento real da sociedade. Isto se mantém até o momento em

que a organização deixa de ser eficaz. É aí que se dá a ruptura, sinal de crise e de passagem a um outro período. (SANTOS, 2008, p. 91)

Com isso, a primeira fase compreendeu o final dos anos 1970, com a implantação do Perímetro Irrigado do Moxotó - PIMOX, até o fim da década de 1980. Esta fase se caracterizou pela reorganização territorial, visto que com a implantação do Perímetro toda uma estrutura típica da região foi desarticulada. Neste período, o Perímetro se caracterizou pela presença forte do Estado, representado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, que além de prestar assistência técnica, controlava a cooperativa dos irrigantes e, entre outras coisas, resolvia inclusive problemas de infra-estrutura da casa do colono como lâmpadas ou telhados quebrados. Houve uma prosperidade econômica, ocasionando uma grande atratividade territorial e a sensação de que o recurso hídrico jamais acabaria. Neste contexto, houve muito desperdício de água e salinização de solos.

A segunda fase constituiu-se entre o começo da década de 1990 até 2004. Com a crise do Estado e a barragem em colapso, promovida na fase anterior, houve um desmantelamento do sistema territorial que se caracterizou pelo processo de esvaziamento populacional. As agrovilas sucumbiram à dominação da bandidagem. O extrativismo de madeira da algaroba para fazer carvão e da agricultura de sequeiro aliada à criação de gado passou a predominar nos lotes, e a economia urbana sobreviveu da aposentadoria. Foi uma fase em que o caos social se instaurou.

A partir das chuvas de 2004, tivemos o movimento de reativação do PIMOX, auxiliadas pela retomada das atividades por parte do governo federal e por parte dos agricultores que convocaram a família para voltar à terra. O território voltou a ser atrativo. Atualmente, está havendo um processo de retomada da valorização da terra, conscientização da finitude da água aliada à reconversão tecnológica para um sistema de irrigação mais sustentável.

Perante estas fases podemos perceber um movimento migratório de aumento-retração da população total do município de Ibimirim ao longo do tempo. Este movimento é bem visualizado através dos dados populacionais dos censos de 1970, 1990 e 2000. Ao compararmos a população urbana e rural de 1970 com a de 1990, temos um expressivo aumento do contingente populacional. Isto demonstra que depois da implantação do Perímetro, em 1977, foi gerada uma forte dinâmica rural e urbana no município. E na década de 1990, ao contrário houve um decréscimo da população rural, o que reflete o colapso do Perímetro Irrigado.

**Tabela 1 - Dinâmica populacional de 1970 a 2000 do município de Ibimirim**

Pop /Ano e %	1970	%	1990	%	2000	%
Pop. Rural	9.843	77,2	14.537	51,7	10.844	44,5
Pop. Urbana	2.893	22,8	13.564	48,3	13.496	55,5
Pop. Total	12.736	100	28.101	100	24.340	100

Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1970, 1990 e 2000. Disponível em: [www.sidra.ibge.gov](http://www.sidra.ibge.gov)

Um outro resultado das entrevistas e visitas de campo foi compreender como foi a atuação do DNOCS, planejador e gestor do Perímetro. Mas, para melhor apreendermos essa atuação necessitamos entender o ideário da época para projetos de intervenção no Sertão do Brasil.

A água sempre esteve no imaginário das pessoas como a solução para o problema da fome e da pobreza da região sertaneja, pois estes problemas eram relacionados à questão da seca. Impulsionados por estes imaginários, muitos pesquisadores e políticos pensaram durante algumas décadas por esta perspectiva, e uma das formas estabelecidas para solucionar o problema foi a conhecida “solução hidráulica”. Esta solução foi propagada por um discurso político das elites. Este discurso defendia a idéia da necessidade permanente de ajuda financeira para a região do semi-árido através de projetos e benesses governamentais<sup>1</sup>, por ser essa região um eterno problema. A agricultura irrigada, além das barragens e utilização dos rios perenes, foi uma das alternativas pensadas para superar a questão das estiagens, sempre no quadro dessa estratégia regionalista.

A solução “hidráulica” foi regida pelo Estado através de órgãos como o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), dentre outros.

Alguns estudos econômicos, sociais, e históricos sobre o Nordeste, inspirados no trabalho coordenado por Celso Furtado intitulado de GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), chegaram à conclusão de que a falta de água não era o cerne do problema, e sim a forma como a estrutura sócio-econômica foi formada e se perpetuava, causando graves problemas sociais (DOMINGOS NETO & BORGES, 1987; TAVARES, ANDRADE & PEREIRA, 1998; OLIVEIRA, 1987).

---

<sup>1</sup> Que pode ser traduzido como o “mito da necessidade” (CASTRO, 1992).

Segundo Oliveira (1987), o Estado foi capturado pela oligarquia do algodão e do gado. Um dos órgãos estatais que tomou essa feição foi o DNOCS, pois

dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las *nas propriedades de grandes e médios fazendeiros*: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas, assim chamadas de ribeira de barragens. O investimento do DNOCS reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes. (OLIVEIRA, 1987, p. 54).

Baseado nesta concepção, Otamar de Carvalho (1988) ressalta a importância de pensarmos que o progresso técnico (de engenharia e agronomia), e a inserção no espaço da irrigação, foram regidos pelas relações de produção capitalistas dominantes. Mas ainda assim, ele acredita que a irrigação poderia ser uma vantagem para o desenvolvimento social, se aplicada, concomitantemente, às mudanças efetivas na estrutura das relações produtivas atrasadas.

A complexidade técnica dessa agricultura é maior do que a daquela tradicional apresentada. Na agricultura de sequeiro, como visto, o agricultor pode ser ao mesmo tempo vaqueiro, ele pode participar de outras atividades não-agrícolas, pois essa atividade agrícola por vezes depende do meio natural para realizar algumas fases da plantação. Cabe então ao agricultor preparar o solo, proteger a área de cultivo dos animais, aguardar a época das “trovoadas” chegar, e após as chuvas fazer a limpa do terreno poucas vezes.

A agricultura irrigada, por natureza, está baseada em uma técnica mais especializada. A técnica provém do conhecimento desenvolvido e aprimorado em institutos de ensino e pesquisa, e sua aplicação na plantação exige um apoio especializado constante, tanto para monitorar como solucionar questões adversas. A velocidade da produção aumenta, as possibilidades são maiores para o cultivo vir a dar certo, o número de safras ao ano pode ser maior, os cuidados aumentam com relação aos elementos naturais bióticos (fungos, insetos, etc) e abióticos (solo, água, incidência solar, etc), pois o ambiente tende a ser mais artificial.

Sob irrigação o regime de trabalho dedicado à plantação é mais intenso. O trabalho segue de domingo a domingo, com aguda necessidade de controle do tempo e do terreno. Dependendo do tipo do cultivo, um dia ou dois sem irrigar pode causar danos irreparáveis no produto final.

A lógica desta agricultura está apoiada na velocidade das relações mercadológicas, e seu tempo de realização é diferente do tempo de realização da natureza. “O trabalhador agrícola ligado à agricultura irrigada passa assim a ter que se comportar como se fora um operário da indústria, tendo seus movimentos determinados pelo processo de trabalho” (CARVALHO, 1988, p. 347).

O avanço da base técnica e a mudança da estrutura de produção agrícola foram duas variáveis que Carvalho (1988) utilizou para classificar a agricultura irrigada implantada no Nordeste semi-árido, assim temos: grande irrigação, pública ou privada; pequena irrigação, pública ou privada; e irrigação não-convencional. No Vale do Moxotó o tipo implantado pelo DNOCS foi a grande irrigação pública voltada para pequenos irrigantes, denominados de colonos (LIMA, 1991).

Uma característica fundamental do processo de implantação e funcionamento desse grande projeto foi o Estado como detentor dos meios de produção (terra, água, máquinas agrícolas, e outros), além de decidir quem devia e como deveria realizar a agricultura irrigada. Este Estado, da época do final de ditadura, caracterizou-se pelo exercício do paternalismo<sup>2</sup> e autoritarismo, funções já praticadas a muito pelos fazendeiros na região.

A implantação do projeto, segundo Lima (1991), seguiu os seguintes passos: desapropriação da área, na ordem de 700 agricultores de pequeno porte, com isto a produção privada transformou-se em patrimônio público; processo de seleção dos agricultores, que a partir de 1975 começou a ser melhor normatizado, mas somente na Nova República (1985) é que se chegou a uma regulamentação definitiva; assentamento das famílias nas agrovilas e distribuição dos lotes, momento considerado pelos técnicos do DNOCS como o mais difícil e polêmico de todo o processo, devido aos interesses políticos existentes.

O aparato técnico ali implantado foi composto pela barragem Engenheiro Francisco Sabóia, dita Poço da Cruz, com capacidade de armazenamento de 500 milhões de m<sup>3</sup> d'água, por canais (primários, secundários e terciários), eclusas, pontes-canais (aquedutos de concreto), máquinas agrícolas, estradas, habitações e outros objetos. Ou seja, a inserção de técnica sofisticada naquele espaço, antes marcado pelo tradicionalismo das relações de produção no sequeiro, foi intensa (ver figuras 5, 6, 7, 8).

---

<sup>2</sup> Segundo Aurélio, é “sistema de relações entre o chefe e os seus subordinados segundo uma concepção patriarcal ou paternal da autoridade. Em política, tendência a dissimular o excesso de autoridade sob a forma de proteção.” (1986, p. 1281)

A mudança do emprego da tecnologia naquele sistema territorial transformou a paisagem e a vida das pessoas. Sobre a técnica, Pierre George (GEORGE, 1974 *apud* SANTOS, 2006, p. 33) lembra que a “influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infra-estruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, *carrières*, espaços reservados à circulação) e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência”.

Para aquelas pessoas que iriam lidar com todo este aparato técnico, havia a necessidade do conhecer e do apreender esta nova lógica. Assim, o apoio técnico especializado foi realizado pelo DNOCS por meio dos programas de extensão agrícola (de acordo com entrevista concedida pelo Departamento de Ibimirim do DNOCS-Recife).



**Fig. 2 - Canal de irrigação terciário**

Fonte: Ibimirim, 2007. Créditos: Marcelo Sampaio



**Fig. 3 - Canal principal da margem direita**  
Fonte: Ibimirim, 2007. Créditos: Marcelo Sampaio



**Fig. 4 - Ponte canal e estrada asfaltada**  
Fonte: Ibimirim, 2007. Créditos: Priscila Batista



**Fig. 5 - Eclusa no canal da margem direita**  
Fonte: Ibimirim, 2007. Créditos: Priscila Batista



A natureza da irrigação baseia-se em uma lógica com características diferentes daquela construída e praticada há muito no território sertanejo do Moxotó. É uma lógica provinda da reprodução capitalista baseada nos avanços técnicos, no conhecimento, na velocidade dos acontecimentos. Todavia, podemos observar no semi-árido que tal lógica da modernidade produtivista se entrelaçou com interesses políticos das elites com forte ação regionalista. A postura do DNOCS, ao longo da trajetória do sistema do Perímetro Irrigado, continuou cultivando a dependência dos agricultores frente ao Estado. A atitude vertical do DNOCS impôs uma ideologia da organização aos agricultores e cerceou a capacidade de ação coletiva deles.

Para realizar tal feito, uma das características de atuação que o DNOCS utilizou foi a paternalista. Isso se deu através do suprimento de todas as necessidades materiais, as quais o DNOCS pensava que os colonos necessitassem: conserto de telhado quebrado, tratores para arar o lote, ferramentas como enxada e botas, moradia, cesta básica, eletrodomésticos, etc. Esta ação ficou tão marcada no imaginário das pessoas, que pôde ser percebido nas entrevistas realizadas na pesquisa. Em uma das questões perguntávamos o que havia mudado hoje em relação ao período anterior ao colapso (duas épocas de prosperidade econômica). Nas respostas dos agricultores tivemos muitas frases do tipo: “o DNOCS dava tudo”, “era uma época de muita fartura”, “Pra mim é Deus no céu e o DNOCS na terra”.

Uma outra característica de atuação foi o autoritarismo, que começou desde o planejamento do Perímetro e permeou outras esferas. Uma dessas esferas refere-se à organização dos agricultores em cooperativa. Era imposto aos colonos se associarem à cooperativa quando adquiriam um lote no Perímetro e se tornavam colonos: “os usuários deverão organiza-se em cooperativa e Juntas, para representação de seus interesses perante o DNOCS e outras instituições” (Regulamento, 1984, p 28 *apud* LIMA, 1991, p 40).

Além de obrigar os agricultores a se associarem à cooperativa, o DNOCS também participava das juntas e diretorias através de uma vaga dentro dessas comissões ocupadas por seus funcionários (informação concedida em entrevista). A própria sede da cooperativa se localizava, e ainda se localiza, no prédio do DNOCS (figura 14).



**Fig. 14 – Prédio do DNOCS em Ibimirim.**

Fonte: Ibimirim, 2006. Créditos: Peter Vranckx

Outra esfera com características autoritárias foi a prática extensionista através do apoio técnico aos agricultores. Este apoio, em sua essência, parecia não pretender a educação daqueles agricultores de forma a incentivá-los à aprendizagem e à autonomia perante o DNOCS, como ficou claro durante as entrevistas realizadas com colonos e técnicos em Ibimirim e através das visitas de campo ao observarmos alguns lotes degradados por falta de conhecimento dos agricultores. A ação “paternalista” do órgão ensejava justamente a dependência.

Paulo Freire, ciente da magnitude desta atividade muito praticada pelas instituições estatais, fez uma análise sobre o sentido ou campo associativo do termo extensão. Para Ele, está em relação com: transmissão, messianismo (por parte de quem entrega), inferioridade (de quem recebe), invasão cultural (através do conteúdo levado que reflete a visão do mundo daqueles que levam). Então, “todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar a formação e constituição do conhecimento autêntico. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações.” (FREIRE, 1983, p 22)

Estas atitudes do DNOCS provocaram nos agricultores, em médio prazo, um senso de dependência em relação à referida instituição, bem como falta de autonomia e protagonismo (ser ativo no processo histórico). O senso de dependência pode ser percebido nas entrevistas, quando perguntamos o que o agricultor poderia fazer para resolver os problemas do Perímetro. Dos 18 questionários aplicados, apenas 1 pessoa compreendeu a pergunta e apresentou alternativas que ela poderia realizar. O restante atribuiu a responsabilidade ao DNOCS.

Na visão de Gohn (2005), a autonomia é obtida quando se é sujeito da história, quando se sabe ler e re-interpretar o mundo, e quando se adquire uma linguagem que possibilite ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria. Fato este que não foi percebido

nas respostas da referida questão. Se as pessoas não pensam seu espaço de vida, elas não despertam para enxergar problemas e tentar solucioná-los. Isto dificulta a formação do processo cooperativo.

Baseados na idéia sobre a importância de pensarmos nosso espaço para se despertar a vontade de fazer algo em coletivo para solucionar problema que por ventura estejam inquietando o grupo, nós elaboramos um projeto de intervenção na área que intitula-se: *Sertão de imagens, Imagens do Sertão*. Esta intervenção tem um caráter de incentivar uma construção do saber que tenha por características desenvolver a capacidade de aprendizagem e criação, de formar pessoas com a consciência de fazer parte de um mundo, da história, onde cada qual desempenha uma função na sociedade não menos importante que o outro e se faz necessária a sua participação, ou seja, sua ação na coletividade (Freire, 1983 e 1996). Ressaltamos que essa construção do saber envolve todos aqueles que estão participando: nós e as pessoas de Ibimirim.

Assim, a proposta visou implantar ação educativa com crianças e jovens de Ibimirim/PE utilizando como suporte a produção áudio-visual (cinema e TV) acerca do sertão semi-árido, discutindo as visões, preconceitos e potencialidades da região com a população local. Além da interpretação de imagens, o projeto prevê a realização de um curta-metragem pelos próprios participantes, onde serão comunicadas e disseminadas as conclusões para a sociedade em geral. Assim, despertar-se-á nestes jovens e crianças a necessidade e a consciência de fazer parte de uma problemática regional: aquela em que produzir imagens não estereotipadas do semi-árido é condição *sine que non* para o próprio desenvolvimento do sertão.

## Referências

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. Revista Ciência da Informação, v. 33, n. 3, p. 9-16, 2004, disponível em: [www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a02v33n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a02v33n3.pdf).

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de irrigação e Drenagem, 1988.

CASTRO, Ina Elias de. **O mito da necessidade: discurso e pratica do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CUNHA, Antonio Geraldo da,; MELLO SOBRINHO, Claudio.. **Dicionario etimologico Nova Fronteira da lingua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.. 839p.

DOMINGOS NETO, Manuel & BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 19 ed., São Paulo: Editora Paz e terra, 1996.

GEORGE, Pierre. *L'ère des techniques: constructions on destructions*. Paris: PUF, 1974, apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

GOHN, Mª da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Vera Lucia Correia de. **Novo habitat e representações ideológicas: o caso dos colonos do PIMOX**. 1991. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

NOVY, Andréas; LENGAUER, Lukas; e TRIPPL, Michaela. **Development (Dynamics and development, actual, real, utopia, alternatives, politics of the possible, knowledge strategies, outcome)**. Institute for Regional Development and Environment Vienna University of Economics and Business Administration, Junho: 2006.

OLIVEIRA, Maria do Socorro e Lima; DUQUE, Ghislaine. **Comunidade rural e cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos fundos rotativos solidários**. Em: Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais (recurso eletrônico), autores: Ghislaine Duque (et al) – Campina Grande: GPAF- PPGS/UFCG, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE e Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Em colaboração com Denise Elias. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SARAIVA, F. R. dos Santos; QUICHERAT, L.. Novissimo **dicionário latino-portugues: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.**. 11. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2000. 1297 p.

TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manoel Correia de e PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Minas Gerais: Caxambu, 1996. (Fotocópia)